

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

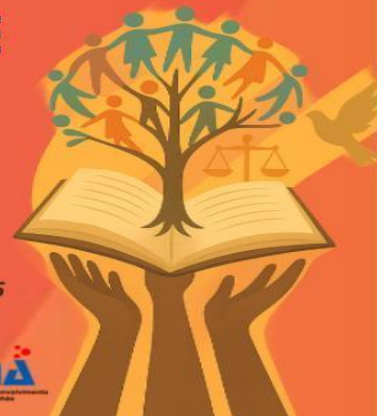
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



**OS DESAFIOS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A PROMOÇÃO
DE UMA EDUCAÇÃO ANTISSEXISTA E ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Elisangela Carmo de Oliveira ¹

Daniela Finco ²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel da coordenação pedagógica para a promoção de práticas pedagógicas comprometidas com uma educação antissexista e antirracista na Educação Infantil, considerando as relações interseccionais de gênero e raça que atravessam o cotidiano educacional. A relevância do tema relaciona-se à necessidade de enfrentar desigualdades históricas presentes no espaço educativo, bem como aos desafios impostos pela atual conjuntura social e política, marcada pelo avanço de discursos conservadores que tensionam a abordagem crítica dessas temáticas no campo educacional. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e utiliza, como procedimentos metodológicos, a análise documental de diretrizes educacionais elaboradas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, além da realização de entrevistas semiestruturadas com 04 coordenadoras pedagógicas atuantes na Educação Infantil. O referencial teórico que sustenta essas reflexões baseia-se na perspectiva da Sociologia da Infância no Brasil, que contribui para a análise dos marcadores sociais de gênero e raça na infância brasileira. Busca contribuir para ampliar o debate sobre a construção de práticas educativas comprometidas com a equidade, o enfrentamento das desigualdades e a garantia dos direitos humanos desde a infância.

Palavras-chave: Educação Infantil. Coordenação Pedagógica. Educação Antissexista. Educação Antirracista.

**THE CHALLENGES OF PEDAGOGICAL COORDINATION IN PROMOTING
ANTI-SEXIST AND ANTI-RACIST EDUCATION IN EARLY CHILDHOOD
EDUCATION**

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - Campus Guarulhos- SP. Pesquisa sobre Educação Infantil antissexista e antirracista. elisangela.carmo@unifesp.br.

² Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP. Professora Associada na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - Campus Guarulhos - SP. Pesquisa sobre Estudos de Gênero na educação da infância. dfinco@unifesp.br.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

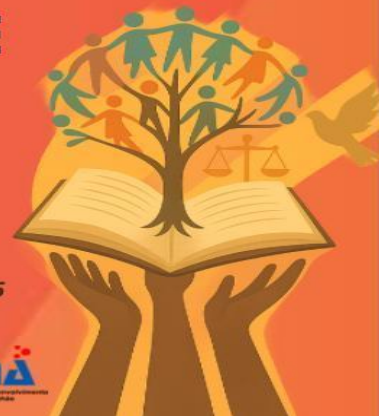
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Abstract: This study aims to reflect on the role of pedagogical coordination in promoting pedagogical practices committed to anti-sexist and anti-racist education in Early Childhood Education, considering the intersectional relations of gender and race that permeate everyday educational contexts. The relevance of this topic is related to the need to confront historical inequalities present in educational spaces, as well as to the challenges posed by the current social and political context, marked by the rise of conservative discourses that challenge critical approaches to these themes in the educational field. The research adopts a qualitative approach and uses, as methodological procedures, documentary analysis of educational guidelines developed by the Municipal Government of São Paulo, in addition to conducting 04 semi-structured interviews with pedagogical coordinators working in Early Childhood Education. The theoretical framework that supports these reflections is based on the perspective of the Sociology of Childhood in Brazil, which contributes to the analysis of the social markers of gender and race in Brazilian childhood. The study seeks to contribute to expanding the debate on the construction of educational practices committed to equity, the confrontation of inequalities, and the guarantee of human rights from early childhood.

Keywords: Early Childhood Education. Pedagogical Coordination. Antisexist Education. Antiracist Education.

**LOS DESAFÍOS DE LA COORDINACIÓN PEDAGÓGICA PARA LA
PROMOCIÓN DE UNA EDUCACIÓN ANTISEXISTA Y ANTIRRACISTA EN
LA EDUCACIÓN INFANTIL**

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre el papel de la coordinación pedagógica en la promoción de prácticas pedagógicas comprometidas con una educación antisexistista y antirracista en la Educación Infantil, considerando las relaciones interseccionales de género y raza que atraviesan el cotidiano educativo. La relevancia del tema se relaciona con la necesidad de enfrentar las desigualdades históricas presentes en el espacio educativo, así como con los desafíos impuestos por la actual coyuntura social y política, marcada por el avance de discursos conservadores que tensionan el abordaje crítico de estas temáticas en el campo educativo. La investigación adopta un enfoque cualitativo y utiliza, como procedimientos metodológicos, el análisis documental de directrices educativas elaboradas por la Municipalidad de São Paulo, además de la realización de 04 entrevistas semiestructuradas con coordinadoras pedagógicas que trabajan en la Educación Infantil. El marco teórico que sustenta estas reflexiones se basa en la perspectiva de la Sociología de la Infancia en Brasil, que contribuye al análisis de

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

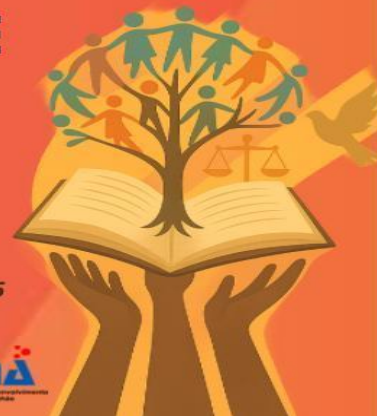
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



los marcadores sociales de género y raza en la infancia brasileña. Se busca contribuir a ampliar el debate sobre la construcción de prácticas educativas comprometidas con la equidad, el enfrentamiento de las desigualdades y la garantía de los derechos humanos desde la infancia.

Palabras clave: Educación Infantil; Coordinación Pedagógica; Educación Antisexista; Educación Antirracista.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os desafios da coordenação pedagógica para a promoção de uma educação antissexista e antirracista na Educação Infantil. Parte-se do reconhecimento de que as relações interseccionais de gênero e raça atravessam o cotidiano educacional e influenciam os processos de socialização e educação das crianças desde os primeiros anos de escolarização. Nesse sentido, busca-se discutir os desafios enfrentados pela coordenação pedagógica, bem como pelas/os profissionais docentes na construção de práticas pedagógicas que problematizam as desigualdades, promovam a equidade e a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática desde a infância.

Atualmente a escola está colocada no centro de um debate público envolvendo os desafios relativos às garantias ao direito à educação, envolvendo o caráter laico trazendo muitos desafios para se constituir um espaço de formação crítica e de socialização para o convívio social, plural, cidadão e democrático (Junqueira, 2019, Arruda, 2023, Finco et. al 2024). A atual conjuntura política e social, marcada pelo avanço de discursos conservadores, tem imposto desafios significativos à implementação de uma educação que contemple essas temáticas de forma crítica e comprometida. A escola da infância, enquanto espaço de formação cidadã e de construção do conhecimento, desempenha papel fundamental na promoção do respeito à diversidade de gênero e raça e na desconstrução de estereótipos historicamente produzidos.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

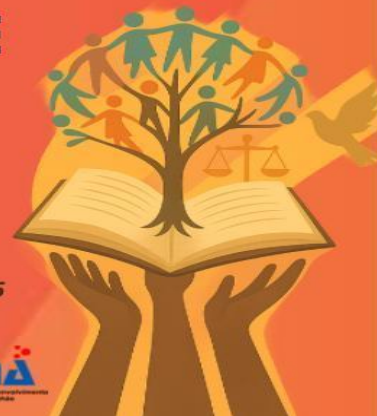
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Nesse contexto, torna-se necessário compreender os diferentes efeitos das relações de poder produzidas por esses marcadores no convívio social. Conforme destacam Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade constitui uma importante ferramenta analítica para compreender como diferentes sistemas de poder e dominação se articulam e produzem desigualdades nas sociedades contemporâneas. Segundo as autoras, a interseccionalidade analisa como diferentes relações de poder se cruzam e influenciam tanto as dinâmicas sociais em sociedades diversas quanto as experiências vividas pelas pessoas no cotidiano. Considerando que categorias como gênero, raça, etnia e idade por exemplo não atuam de forma isolada, mas estão conectadas e se moldam mutuamente. Dessa forma, a interseccionalidade permite compreender que as desigualdades envolvendo gênero, sexualidade e raça presentes no cotidiano educacional não podem ser analisadas de forma isolada, uma vez que se articulam e produzem efeitos concretos nas experiências das crianças e nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições educativas.

A partir dessa compreensão, é possível afirmar que o compromisso com a justiça social e com uma sociedade democrática exige uma educação que combata simultaneamente o sexismo e o racismo, reconhecendo que eles estão profundamente interligados. Angela Davis (2016) ressalta que a luta por igualdade racial é inseparável da luta por igualdade de gênero, uma vez que as experiências de opressão não ocorrem de forma isolada, mas em interseção.

No campo educacional brasileiro, ainda que existam avanços normativos, como as Leis nº 10.639/03 e 11.545/08, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, a efetivação dessas legislações e de seus desdobramentos ainda enfrenta inúmeros desafios. Uma pesquisa conduzida pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra e pelo Instituto Alana revelou que a abordagem da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ainda não está integrada ao cotidiano educacional em muitas instituições de ensino, sobretudo pela ausência de recursos destinados a essa finalidade. Apenas 8% dos municípios dispõem de orçamento específico para o tema, e 18% das

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

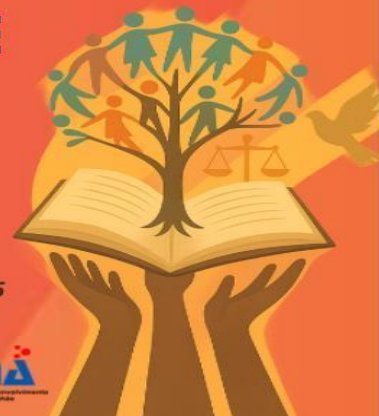
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Secretarias de Educação afirmam não desenvolver ações voltadas para o cumprimento da legislação (Benedito et. al., 2023). A escassez de investimentos impacta diretamente a implementação da lei, dificultando a construção de práticas educacionais antirracistas e contribuindo para a permanência de desigualdades dentro e fora da escola.

Nesse cenário, é importante destacar que a implementação da Lei nº 10.639/03 e de seus desdobramentos não pode ser atribuída exclusivamente às/aos docentes. Embora desempenhem papel fundamental nesse processo, cabe às diferentes esferas governamentais, municipal, estadual e federal, garantir condições concretas para sua efetivação. Isso inclui a destinação de recursos para políticas públicas educacionais que promovam a formação continuada de docentes, a elaboração e disseminação de materiais didáticos adequados e a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação do cumprimento da legislação nas redes de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BNCC-EI, 2018), documento normativo que orienta os currículos da educação básica no país, não aborda diretamente os conceitos de gênero e raça em sua versão final. Esse silenciamento não ocorreu de forma casual, mas foi resultado de um processo marcado por disputas políticas e ideológicas. Conforme aponta Diniz (2025), nas versões preliminares da BNCC havia menções mais explícitas à importância de trabalhar questões relacionadas à diversidade de gênero e às relações étnico-raciais desde a infância. Entretanto, diante do fortalecimento de discursos conservadores no cenário político brasileiro, esses termos foram gradualmente suprimidos do documento final. Apesar desse contexto, a BNCC-EI ainda destaca, de forma mais genérica, a importância de valores como o respeito à diversidade, a promoção da inclusão e o reconhecimento das diferenças. Esses elementos podem abrir possibilidades para práticas pedagógicas comprometidas com uma educação antissexista e antirracista, sobretudo quando articuladas a projetos político-pedagógicos críticos e engajados com a garantia dos direitos das crianças e com a construção de relações mais igualitárias no cotidiano escolar.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

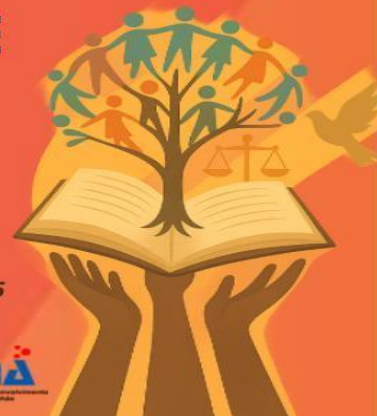
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Diversas pesquisas também apontam as dificuldades enfrentadas na abordagem dessas questões, dificultando a promoção de uma educação antissexista e antirracista (Cavalleiro, 2003; Gomes, 2005; Finco, 2010; Louro, 2014; Chaves; Finco, 2021), seja pela ausência de preparo na formação inicial, pela carência de materiais adequados ou pelo receio de represálias diante do atual clima de polarização política. Diante desse contexto, torna-se fundamental discutir os desafios enfrentados pelas/os docentes e apontar caminhos para o fortalecimento de uma formação comprometida com a equidade racial e de gênero.

Ainda há muitos desafios a serem superados no que se refere ao trabalho com as questões de gênero e raça nas instituições educativas. Torna-se evidente que as desigualdades sociais não operam de forma isolada, mas se articulam e se reforçam mutuamente, atravessando o território educacional e influenciando os processos de socialização, subjetivação e aprendizagem das crianças. Desse modo, o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade de gênero não podem permanecer à margem das discussões sobre educação e cidadania, sobretudo quando se busca a construção de uma Educação Infantil comprometida com a justiça social e a equidade. Como alerta Rosenberg (2015):

O grande desafio para implementar uma Educação Infantil democrática e de qualidade no Brasil não depende de melhores diretrizes ou normatização mais ampla e abrangente, mas sim enfrentar o descompasso entre esse ideal, contemporâneo e sofisticado, e o real da prática cotidiana, o desafio entre o normatizado pelos documentos e pelas propostas sofisticadas que elaboramos nessas últimas décadas e as condições sociais, políticas, econômicas e culturais que geram uma sociedade e uma Educação Infantil ainda intensamente discriminatórias: de classe, gênero, raça, região, localização e idade (Rosenberg, 2015, p. 222).

Nesse contexto, a coordenação pedagógica, dentro de uma proposta de gestão democrática, assume papel estratégico na mediação desses debates no cotidiano educacional e na promoção de processos formativos capazes de apoiar a equipe pedagógica na construção de práticas comprometidas com uma educação antissexista e

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

Realização

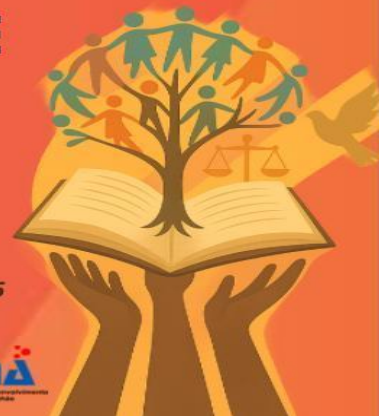


Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



antirracista na Educação Infantil. Assim, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e utiliza como procedimentos metodológicos a análise documental de diretrizes educacionais elaboradas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com coordenadoras pedagógicas atuantes na Educação Infantil. As participantes da pesquisa são coordenadoras pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, cujos perfis são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1- Perfil das coordenadoras pedagógicas participantes

Nome Fictício	Idade	Cor/Raça/ Sexo	Tempo na docência	Tempo na Coordenação
Malala Yousafzai	45 anos	Branca/Feminino	24 anos	5 anos
Dandara dos Palmares	39 anos	Preta/Feminino	19 anos	4 anos
Simone de Beauvoir	33 anos	Parda/ Feminino	10 anos	3 anos
Carolina Maria de Jesus	46 anos	Preta/ Feminino	26 anos	17 anos

Fonte: elaborada pelas autoras

1. Desafios e possibilidades para uma educação não discriminatória na infância

Refletindo com os escritos de Nilma Lino Gomes (2005), a formação docente desempenha um papel importantíssimo na construção de uma educação que valorize a diversidade e combata desigualdades estruturais. Professoras/es são agentes fundamentais na desconstrução de preconceitos e na promoção de uma pedagogia que reconheça e respeite as diferenças. No entanto, a ausência dessas discussões nos currículos de formação inicial e na formação continuada resulta em uma lacuna que dificulta a implementação de práticas educativas verdadeiramente inclusivas.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

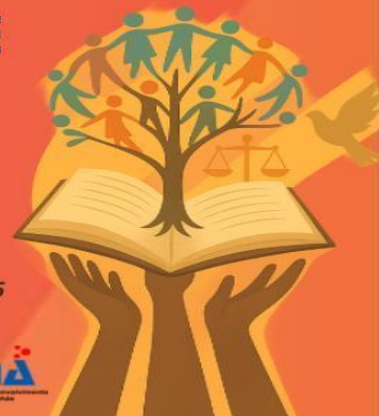
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Uma educação que valoriza a diversidade tem impactos diretos na construção da identidade das crianças e de espaços educativos mais democráticos e acolhedores. O reconhecimento positivo da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, bem como a discussão sobre as relações de gênero de maneira respeitosa e pedagógica, contribuem para o desenvolvimento da autoestima das crianças e para a redução de situações de discriminação e violência. Logo, torna-se fundamental.

Numa sociedade machista, patriarcal e racista como a brasileira, é imprescindível que a equipe educativa assuma um compromisso radical com uma educação voltada à desconstrução de estereótipos e à promoção de práticas pedagógicas não discriminatórias. Entretanto, a formação inicial, em muitos casos, ainda não oferece subsídios suficientes para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com uma educação antissexista e antirracista. Isso se relaciona, em grande medida, ao fato de que os processos formativos historicamente foram estruturados a partir de perspectivas eurocêntricas e adultocêntricas, que pouco problematizam as desigualdades de gênero e raça presentes na sociedade e no contexto educacional. Desse modo, torna-se fundamental que a formação docente dialogue com os direitos das crianças e com uma perspectiva que reconheça a infância como categoria social relevante.

Defender a infância, nesse contexto, implica reconhecê-la como tempo presente considerando-a como pessoa capaz, enquanto sujeito potente, socialmente competente. (São Paulo, 2014). Essa compreensão dialoga com os pressupostos da Sociologia da Infância (Faria, Finco; 2011; Qvortrup, 2010), que entende a criança como ator social e produtora de cultura, deslocando a visão tradicional de infância como etapa preparatória para a vida adulta.

A necessidade de um olhar crítico para as condições e especificidades das nossas crianças brasileiras, contribui para aprofundar a compreensão da infância como uma construção social situada historicamente e geograficamente (Faria, Finco, 2011). As autoras destacam a importância de dar visibilidade às infâncias concretas vividas no Brasil, especialmente diante dos desafios de se construir uma educação comprometida

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

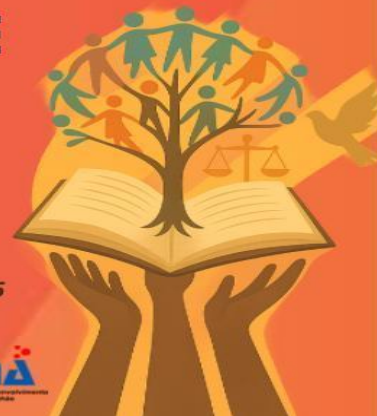
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



com os direitos e com a diversidade das crianças brasileiras. Incorporar este olhar para os marcadores sociais, significa:

dar visibilidade para uma criança concreta, que difere de uma criança homogeneizada. Está em conhecer as especificidades das crianças e das infâncias das camadas populares, que podem ser pobres, negras, meninos ou meninas, com marcas regionais e dialetais, e acabam sendo excluídas da história (Faria; Finco, 2011, p.58).

Significa olhar para relações sociais e educacionais de poder que impactam as infâncias de forma diferenciada: crianças negras, indígenas, meninas e crianças de classes populares, que frequentemente enfrentam desafios para acessar seus direitos fundamentais. Essas desigualdades precisam ser enfrentadas no âmbito da educação, garantindo práticas pedagógicas que acolham, valorizem as diversidades e combatam os preconceitos e estereótipos presentes em nossa sociedade. Neste sentido Faria e Finco (2011) destacam a importância de uma análise mais detalhada dos efeitos desses marcadores sociais nas experiências cotidianas das crianças e na construção de suas identidades. A partir dessa perspectiva, as políticas e práticas educacionais podem ser repensadas de maneira a promover um ambiente educativo mais inclusivo, que reconheça as diversidades e enfrente as desigualdades.

Desse modo, a promoção de uma educação antirracista e antissexista na Educação Infantil passa necessariamente pelo reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos e pela construção de práticas pedagógicas que enfrentem estereótipos e desigualdades desde os primeiros anos da vida escolar. Por essa razão, as ações formativas realizadas no coletivo das Unidades Educacionais, orientadas pela coordenação pedagógica, tornam-se fundamentais para a ampliação dos conhecimentos sobre essas temáticas e podem resultar em práticas educativas mais democráticas e justas. Diante do exposto, destacamos a importância de uma Educação Infantil antissexista e antirracista. Considerando que convivemos nos espaços educativos com práticas enraizadas e estereótipos de gênero que limitam as crianças em suas potencialidades e perpetuam

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

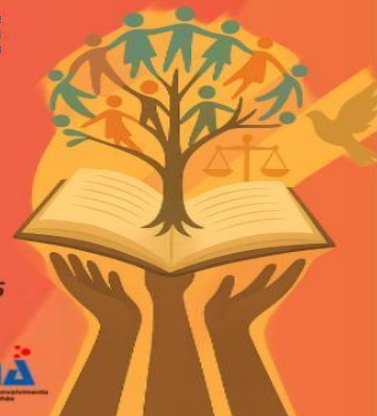
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



desigualdades na sociedade, impondo limites às formas de ser, de imaginar o futuro e de existir.

3. Documentos para uma educação antissexista e antirracista

A pesquisa analisou os documentos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, como Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagem para a Educação Étnico-Racial na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio (São Paulo, 2008), Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (São Paulo, 2016) e Currículo da Cidade: Educação Infantil (São Paulo, 2019). Documentos que trazem a base legal para o trabalho da coordenação pedagógica, para tratar das temáticas com a equipe docente das instituições de Educação Infantil. Documentos que contribuem para ampliação desse repertório, pois apresentam diretrizes, reflexões e propostas que orientam a construção de uma educação antirracista e antissexista. Eles contribuem para que a pluralidade esteja assegurada no currículo e para que sejam evitadas práticas discriminatórias e desiguais nos ambientes educacionais (Oliveira, 2025, p. 11).

O documento Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagem para a Educação Étnico-Racial na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio (São Paulo, 2008) constitui um marco ao dialogar diretamente com os princípios da Lei nº 10.639/03, resultante das lutas do Movimento Social Negro brasileiro pela valorização da história e cultura africana e afro-brasileira. Ao orientar o trabalho pedagógico para o reconhecimento das contribuições das populações africanas na formação da sociedade brasileira, o documento propõe a ampliação do currículo escolar, incentivando práticas educativas que valorizem a diversidade cultural e contribuam para o enfrentamento do racismo desde os primeiros anos da educação básica. Além disso, apresenta sugestões de práticas pedagógicas que podem ser desenvolvidas com as crianças, oferecendo referências que inspiram novas possibilidades de trabalho para as/os docentes no cotidiano educativo.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

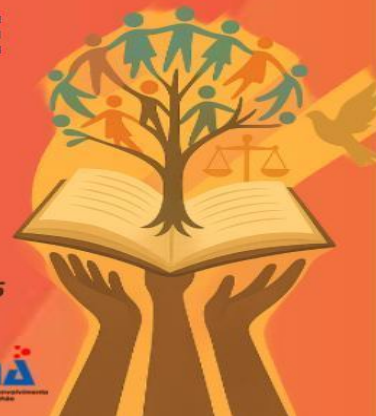
Realização



Apoio



 8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Por sua vez, os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (São Paulo, 2016), introduz a dimensão das relações étnico-raciais e de gênero como um dos critérios fundamentais para a avaliação da qualidade da Educação Infantil. A proposta incentiva educadoras, educadores e famílias a realizarem processos de autoavaliação institucional, refletindo sobre as práticas pedagógicas e as relações estabelecidas no cotidiano das unidades educacionais. Nesse sentido, o documento destaca a importância de práticas educativas que reconheçam a diversidade e evitem a reprodução de estereótipos de gênero, incentivando experiências que ampliem as possibilidades de participação e expressão de meninas e meninos.

De modo similar, o Currículo da Cidade: Educação Infantil (São Paulo, 2019) também reafirma a centralidade dessas discussões ao destacar a importância da Educação para as Relações Étnico-Raciais e das reflexões sobre gênero no processo de educação e socialização das crianças. O documento enfatiza que as instituições de Educação Infantil devem promover experiências pedagógicas que valorizem diferentes culturas e identidades, contribuindo para a construção de ambientes educativos mais democráticos e inclusivos. Ao mesmo tempo, aponta a necessidade de atenção às formas de discriminação presentes nas interações cotidianas, reforçando o papel das práticas pedagógicas comprometidas na promoção do respeito à diversidade étnico-racial e no enfrentamento de preconceitos e estereótipos de gênero.

3. Diálogo com as Coordenadoras Pedagógicas

As relações de gênero e raça atravessam o cotidiano da Educação Infantil, manifestando-se tanto nas interações entre as crianças quanto nas relações entre adultos e crianças, práticas e concepções docentes. As falas destacam a presença de relações de poder e desigualdades na Educação Infantil, compartilhando seus saberes, experiências e seus compromissos com as crianças:

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS



Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



As questões étnico-raciais que permeiam a sociedade também atravessam a escola. A criança nasce nessa sociedade e, em maior ou menor grau de consciência, participa, aprende e reproduz essas relações. Se nós, adultos, somos racistas, estamos ensinando essas crianças a também a serem. Quando não nos revisitamos, não prestamos atenção ao que falamos ou fazemos, acabamos reproduzindo o racismo. Portanto, se não formos antirracistas, nosso trabalho será racista, pois a sociedade em que vivemos nos ensina o racismo de forma naturalizada. (Entrevista com CP Carolina Maria de Jesus)

Eu acredito que um dos grandes dificultadores é o próprio machismo, que, assim como o racismo, está profundamente enraizado em nós. Ele faz parte da forma como fomos criados, como aprendemos a ver o mundo e a nos relacionar. Isso acaba influenciando nossas atitudes, a maneira como validamos o papel do homem e o papel da mulher. (Entrevista com CP Dandara dos Palmares)

Muitas vezes, reproduzimos o machismo e o racismo de forma inconsciente. Há práticas e discursos que seguimos sem perceber, e que revelam muito sobre os lugares que ocupamos e as relações que estabelecemos. Por isso, procuro ampliar meu olhar, não apenas para as crianças, mas também para as educadoras. É necessário empoderar essas mulheres, ajudá-las a reconhecer o valor que têm, pois são elas que cuidam e educam as crianças. Se não refletirmos sobre nós mesmas, sobre nossas práticas e sobre o sentido do que fazemos, apenas continuaremos a reproduzir o que já está posto e, assim a sociedade não muda. (Entrevista com CP Malala Yousafzai)

Desde o nascimento, ainda na Educação Infantil e ao longo da Educação Básica, as crianças são direcionadas por expectativas de gênero. Esses estereótipos permeiam a socialização e geram situações que precisam ser constantemente desconstruídas, muitas vezes causando desconforto. As situações relacionadas a gênero exigem que a equipe educacional tenha repertório para observar, intervir e planejar ações pedagógicas. Além disso, é preciso refletir sobre como avaliamos as crianças, organizamos os espaços e lidamos com as famílias, evitando julgamentos sobre a responsabilidade materna ou comentários preconceituosos sobre a atuação das mães. (Entrevista com CP Simone de Beauvoir)

As questões de gênero se manifestam desde o início da rotina escolar, ainda há situações em que as crianças são divididas em “fila de menino” e “fila de menina”. Essa divisão já sinaliza papéis e expectativas de gênero. Tem também essa diferenciação na escolha de brinquedos; O olhar da coordenadora pedagógica é essencial para identificar essas sutilezas e ajudar a problematizá-las com a equipe. Trabalhar com concepções de gênero não é simples, mas é necessário observar, refletir e repensar continuamente as práticas educativas. (Entrevista com CP Carolina Maria de Jesus)

Cabe, portanto, desenvolver um olhar e uma escuta sensíveis às desigualdades sociais e as formas como se reproduzem no cotidiano educacional, para que possa intervir de forma crítica e intencional. É fundamental considerar que tais questões exigem um

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

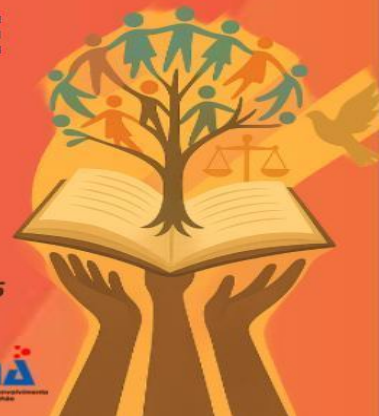
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



olhar crítico sobre as dimensões éticas e políticas das práticas docentes, assim como uma revisão daquilo que ainda se reproduz nos contextos educativos com as crianças. Afinal, a Educação Infantil pode ser entendida como um espaço de confronto e convívio com as diferenças, no qual as interações entre professores, professoras, meninos e meninas revelam como os estereótipos e as discriminações são produzidas e podem ser transformadas, construindo assim escolhas pedagógicas conscientes, capazes de valorizar as diferenças. (Finco, 2010). As entrevistas realizadas com coordenadoras pedagógicas evidenciam que a formação continuada constitui um dos principais caminhos para a promoção de práticas pedagógicas comprometidas com os direitos das crianças e com a construção de uma educação antissexista e antirracista na Educação Infantil. Nesse contexto, os processos formativos possibilitam refletir criticamente sobre as práticas e concepções, destacando ainda a necessidade de manter a criança como referência das ações educativas:

É fundamental manter o foco na defesa da criança. Aprendi na Educação Infantil que a coordenadora não pode perder o olhar da criança; é preciso garantir que o trabalho pedagógico seja voltado para seu desenvolvimento, mesmo diante de interesses ou dificuldades institucionais. Esse cuidado com a infância é, na minha visão, o principal papel da coordenadora. (Entrevista com CP Carolina Maria de Jesus)

Minha atuação é principalmente junto aos professores, acompanhando suas ações com as crianças e a organização do cotidiano. A centralidade do meu trabalho está relacionada à garantia das aprendizagens das crianças e à defesa de seus direitos. (Entrevista com CP Malala Yousafzai)

O maior desafio é trabalhar com a concepção. A gente percebe a concepção — aquilo que está no coração da pessoa. Não é por maldade, mas por algo que foi se encaixando ao longo do tempo, como se fosse o certo, o melhor. O desafio está em ter esse olhar sensível e encontrar uma forma de se aproximar, dialogar e ajudá-la a repensar sua prática. (Entrevista com CP Carolina Maria de Jesus)

As falas das coordenadoras indicam que a coordenação pedagógica assume um compromisso formativo com a equipe docente e com a defesa intransigente dos direitos da infância, constituindo um espaço privilegiado para problematizar concepções cristalizadas e promover reflexões que contribuam para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e com o enfrentamento de discriminações

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



de gênero e raça no cotidiano das instituições de Educação Infantil. As falas também permitem perceber que os processos formativos são permeados por dimensões relacionais e afetivas que sustentam o trabalho coletivo. De acordo com Bruno e Almeida (2010), alguns princípios são fundamentais para o desenvolvimento de processos de formação que visem à mudança e ao aprimoramento das práticas docentes: empatia, autenticidade, consideração positiva e dialogicidade. A empatia se expressa na capacidade de se colocar no lugar do outro, buscando compreendê-lo a partir de suas próprias referências; a autenticidade diz respeito à coerência entre sentir, pensar e agir; a consideração positiva implica aceitar e valorizar o sujeito como ele é; e a dialogicidade manifesta-se na disposição de falar com, e não para, em um processo de escuta sensível e de respeito à fala do outro. Esses princípios estão presentes nas intencionalidades das coordenadoras pedagógicas, que demonstram cuidado em criar ambientes formativos pautados pelo diálogo, pela escuta e pelo respeito às singularidades de sua equipe pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho evidenciam que a construção de uma Educação Infantil comprometida com a justiça social exige reconhecer que o currículo não é neutro, bem como garantir a defesa dos direitos das crianças e enfrentar, de forma crítica as desigualdades de gênero e raça que atravessam o cotidiano educacional. Torna-se possível compreender que essas desigualdades não operam de maneira isolada, mas se articulam e produzem efeitos concretos na vida das crianças e nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições educativas.

Nesse cenário, a formação continuada de professoras e professores assume papel fundamental, sobretudo quando orientada por uma perspectiva que problematize os marcadores sociais presentes na infância e contribua para a desconstrução de estereótipos e práticas discriminatórias. Considerando que a formação inicial nem sempre oferece subsídios suficientes para o enfrentamento dessas questões, os processos formativos

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



realizados no interior das Unidades Educacionais tornam-se espaços privilegiados de reflexão crítica, produção de conhecimentos e transformação das práticas educativas. Nesse contexto, a coordenação pedagógica se configura como um importante elemento na mediação desses processos formativos, na articulação entre políticas curriculares e práticas pedagógicas e no fortalecimento de uma cultura institucional comprometida com a equidade. Ao promover momentos de estudo, diálogo e reflexão coletiva, a coordenação pedagógica, juntamente com a equipe educativa, pode contribuir para a ampliação do repertório teórico e metodológico das/os docentes, favorecendo a construção de práticas pedagógicas alinhadas a uma educação antissexista e antirracista desde a infância.

Consideramos que o trabalho para a promoção de práticas antissexistas e antirracistas na Educação Infantil se constrói por meio de uma gestão democrática e participativa (Monção, 2022), que sustente, no plano coletivo, decisões pedagógicas alinhadas aos direitos das crianças e às legislações e diretrizes vigentes. Nesse sentido, transformar as práticas pedagógicas configura-se como um compromisso ético, político e educacional de toda a equipe institucional. Dessa forma, reafirma-se que a consolidação de uma Educação Infantil democrática e plural depende não apenas da existência de marcos legais e orientações curriculares, mas também do engajamento ético e político da equipe institucional, para reconhecer, problematizar e enfrentar as desigualdades sociais presentes nas unidades educacionais. Assim, espera-se que este trabalho contribua para ampliar as reflexões sobre a construção de práticas educativas comprometidas com a equidade, a valorização da diversidade e a garantia dos direitos humanos desde a primeira infância.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Júlio César de. **Dimensão lúdica, imaginação e suas marcas de gênero: experiência docente na educação de crianças pequenininhas na creche**. Dissertação: Mestrado em Educação - Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Guarulhos. 2023.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



BENEDITO, Beatriz Soares; CARNEIRO, Suelaine, PORTELLA, Tânia. (Org.). **Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo, SP: Instituto Alana, 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC** versão final. Brasília, DF, 2018.

BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. As relações interpessoais e a formação inicial do coordenador pedagógico. In PLACCO, Vera Maria Nigro de; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Org.). **O coordenador pedagógico e os desafios da educação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CHAVES, Rosa Silvia Lopes; FINCO, Daniela. Questões étnico-raciais, políticas públicas e o direito das crianças pequenas a uma educação antirracista. In: MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes; BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro (org.). **Políticas Públicas de Educação Infantil: diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1.ed. trad.Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Cecília Maria da Silva. **Gênero na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil: retrocessos e possibilidades para uma Educação Infantil democrática e plural**. 2025. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

FINCO, Daniela. O que nos ensinam meninas e meninos quando escapam das fronteiras de gênero. In: VIANNA, Cláudia; CARVALHO, Marília (org.). **Gênero e educação: 20 anos construindo conhecimento**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026

Evento híbrido



FINCO, Daniela. **Educação Infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças**: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FINCO, Daniela; BARREIROS, Douglas Paulino; ABBATECOLA, Emanuela. A educação em disputa: gênero, cruzadas e formas de resistência. **Olhares**: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, [S. l.], v. 12, n. 1, 2024.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação, In: KABENGELE, Munanga (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A **'ideologia de gênero'** existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. **Gestão na educação infantil**: cenários do cotidiano. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2022.

OLIVEIRA, Elisangela Carmo de. Por uma infância sem racismo e sem sexismo: caminhos para a implementação de práticas educativas transformadoras. In: AMARAL, Elisangela Silva do. BITENCOURT, Alexandre Passos. **Projeto Identidade**: diálogos de experiências de uma educação antirracista. 1 ed. São Paulo: Livro Alternativo, 2025.

QVORTRUP, Jens. A Infância enquanto Categoria Estrutural. **Educação e Pesquisa**, vol. 36, n.2, p. 631-644, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas públicas e qualidade da Educação Infantil. In: UNBEHAUM, Sandra; ARTES, Amélia. **Escritos de Fúlvia Rosenberg**. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2015, p. 216–235.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio** / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2008.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Orientação normativa nº 01**: avaliação na Educação infantil: aprimorando os olhares Secretaria Municipal de Educação. – São Paulo: SME / DOT, 2014.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2016.

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade - Educação Infantil** – São Paulo: SME/COPED. 2019.